

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPRESÁRIOS DE SOROCABA E REGIÃO
SICOOB COOPERASO
BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		49.236.437,94	38.082.089,49
Circulante		33.649.197,50	29.466.578,18
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	20.227.690,77	20.196.980,22
Disponibilidades		326.999,35	310.392,33
Centralização Financeira - Cooperativas		42.217,69	296.121,94
Títulos e Valores Mobiliários	5	19.858.473,73	19.590.465,95
Operações de Crédito	6	10.941.585,83	8.852.635,40
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		10.491.685,18	8.921.750,91
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(593.410,42)	(409.405,02)
Financiamentos		943.781,30	347.496,98
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(25.228,58)	(7.207,47)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		125.385,27	-
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(626,92)	-
Outros Créditos	7	2.293.784,89	362.716,93
Créditos por Avals e Fianças Honradas		63.121,00	35.891,41
Rendas a Receber		46.505,66	44.960,14
Diversos		2.030.706,89	125.541,57
Devedores por Depósitos em Garantia		18.537,12	8.477,97
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		193.668,09	168.798,17
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(58.753,87)	(20.952,33)
Outros Valores e Bens	8	186.136,01	54.245,63
Outros Valores e Bens		107.523,99	-
Despesas Antecipadas		78.612,02	54.245,63
Não Circulante		15.587.240,44	8.615.511,31
Realizável a Longo Prazo		13.382.297,99	6.412.623,20
Operações de Crédito	6	13.382.297,99	6.412.623,20
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		11.560.234,31	6.111.913,27
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(446.997,68)	(473.358,46)
Financiamentos		2.181.250,77	786.062,46
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(57.061,27)	(11.994,07)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		145.599,86	-
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(728,00)	-
Permanente		2.204.942,45	2.202.888,11
Investimentos	9	1.107.238,08	1.045.337,62
Participação em Cooperativa Central de Crédito		1.033.992,93	972.092,47
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		69.245,15	69.245,15
Participações Empr Controlada Coop Central Crédito		4.000,00	4.000,00
Imobilizado de Uso	10	1.097.385,81	1.153.145,30
Imobilizado de Uso		1.785.262,60	1.720.665,13
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(687.876,79)	(567.519,83)
Intangível	11	318,56	4.405,19
Ativos Intangíveis		29.025,35	29.025,35
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(28.706,79)	(24.620,16)
Total do Ativo		49.236.437,94	38.082.089,49
PASSIVO		35.435.226,73	24.587.536,95
Circulante		35.433.635,56	24.587.238,12
Depósitos	12	31.126.437,17	23.231.656,22
Depósitos à Vista		18.485.283,90	11.518.998,49
Depósitos à Prazo		12.641.153,27	11.712.657,73
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13	823.814,13	-
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário		823.814,13	-
Relações Interfinanceiras	14	92.806,05	-
Repasse Interfinanceiros		92.806,05	-
Relações Interdependências	15	93.061,60	-
Recursos em Trânsito de Terceiros		93.061,60	-
Outras Obrigações	16	3.297.516,61	1.355.581,90
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		26,32	2.908,19
Sociais e Estatutárias	16.1	1.639.519,08	741.648,59
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	16.2	99.589,08	106.108,75
Diversas	16.3	1.558.382,13	504.916,37
Não Circulante		1.591,17	298,83
Outras Obrigações	16	1.591,17	298,83
Diversas	16.3	1.591,17	298,83
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	13.801.211,21	13.494.552,54
Capital Social	18.a	12.386.086,26	11.973.471,80
De Domiciliados No País		12.637.331,27	12.171.956,63
(-) Capital A Realizar		(251.245,01)	(198.484,83)
Reserva de Sobras		1.168.299,22	644.886,36
Sobras ou Perdas Acumuladas	18.d	246.825,73	876.194,38
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		49.236.437,94	38.082.089,49

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS EMPRESÁRIOS DE SOROCABA E REGIÃO
SICOOB COOPERASO
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		2.644.132,23	5.402.824,21	2.953.620,15	5.668.159,87
Operações de Crédito	20	2.441.047,28	4.875.275,71	2.478.315,36	4.747.383,82
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	21	198.216,24	522.679,79	474.649,22	920.002,89
Resultado das Aplicações Compulsórias		4.868,71	4.868,71	-	-
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	22	-	-	655,57	773,16
Dispêndio da Intermediação Financeira		(426.857,54)	(1.030.417,91)	(679.277,98)	(1.316.921,04)
Operações de Captação no Mercado	23	(134.380,63)	(339.871,14)	(340.003,83)	(673.930,33)
Operações de Empréstimos e Repasses		(2.323,27)	(2.323,27)	-	-
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	23.a	(290.153,64)	(688.223,50)	(339.274,15)	(642.990,71)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		2.217.274,69	4.372.406,30	2.274.342,17	4.351.238,83
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(1.732.973,00)	(3.607.007,30)	(1.885.824,01)	(3.738.336,27)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	24	764.661,98	1.477.952,20	669.846,21	1.275.157,85
Rendas (Ingressos) de Tarifas	25	374.182,23	738.616,40	344.075,24	653.592,46
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	26	(1.595.424,30)	(3.240.813,58)	(1.560.284,95)	(3.054.533,15)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	27	(1.467.203,13)	(2.997.436,26)	(1.568.890,91)	(3.089.560,17)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	28	(61.161,12)	(108.564,24)	(47.843,85)	(90.614,64)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	29	295.979,58	592.599,62	384.338,87	732.450,49
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	30	(34.326,53)	(65.294,37)	(84.122,30)	(133.227,67)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas	31	(9.681,71)	(4.067,07)	(22.942,32)	(31.601,44)
Resultado Operacional		484.301,69	765.399,00	388.518,16	612.902,56
Outras Receitas e Despesas	32	750,00	2.774,14	(3.242,00)	(14.341,95)
Outras Receitas	33	750,00	2.774,14	1.137,22	22.074,13
Outras Despesas		-	-	(4.379,22)	(36.416,08)
Resultado Antes da Tributação e Participações		485.051,69	768.173,14	385.276,16	598.560,61
Imposto de Rendas	32	-	(8.629,36)	-	-
Contribuição Social	32	-	(8.629,36)	-	-
Sobras/Perdas Antes das Destinações		485.051,69	750.914,42	385.276,16	598.560,61
Destinações Legais e Estatutárias		-	(164.550,48)	-	620.114,54
FATES	16.d	-	(41.137,62)	-	(12.803,99)
Reserva Legal	16.d	-	(123.412,86)	-	(76.823,95)
Outras Destinações Estatutárias		-	-	-	709.742,48
Resultado Antes dos Juros ao Capital		485.051,69	586.363,94	385.276,16	1.218.675,15
Juros ao Capital	19	(339.538,21)	(339.538,21)	(342.480,77)	(342.480,77)
Sobras/Perdas Líquidas		145.513,48	246.825,73	42.795,39	876.194,38

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPRESÁRIOS DE SOROCABA E REGIÃO
SICOOB COOPERASO
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas	145.513,48	411.376,21	42.795,39	256.079,84
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	145.513,48	411.376,21	42.795,39	256.079,84

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPRESÁRIOS DE SOROCABA E REGIÃO
SICOOB COOPERASO
DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES DE PATRIMONIO LIQUIDO

Eventos	Capital		Reservas de Sobras Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar			
Saldo em 31/12/2018	11.368.768,20	(114.757,30)	546.010,66	143.342,88	11.943.364,44
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-
Ao FATES	-	-	-	(33.079,13)	(33.079,13)
Constituição de Reservas	-	-	22.051,75	(22.051,75)	-
Ao Capital	86.504,20	-	-	(86.504,20)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(1.707,80)	(1.707,80)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	1.774.789,58	(83.727,53)	-	-	1.691.062,05
Por Devolução (-)	(1.373.421,46)	-	-	-	(1.373.421,46)
Estorno de Capital	(1.336,55)	-	-	-	(1.336,55)
Reversões de Reservas	-	-	-	-	-
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	1.308.303,09	1.308.303,09
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(342.480,77)	(342.480,77)
Juros ao Capital	316.652,66	-	-	-	316.652,66
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	76.823,95	(76.823,95)	-
F A T E S	-	-	-	(12.803,99)	(12.803,99)
Saldo em 31/12/2019	12.171.956,63	(198.484,83)	644.886,36	876.194,38	13.494.552,54
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-
Ao FATES	-	-	-	(309.742,48)	(309.742,48)
Constituição de Reservas	-	-	400.000,00	(400.000,00)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	(158.753,43)	(158.753,43)
Ao Capital	3.566,43	-	-	(3.566,43)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(4.132,04)	(4.132,04)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	1.656.611,94	(52.760,18)	-	-	1.603.851,76
Por Devolução (-)	(1.502.510,77)	-	-	-	(1.502.510,77)
Estorno de Capital	(719,01)	-	-	-	(719,01)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	750.914,42	750.914,42
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(339.538,21)	(339.538,21)
Juros ao Capital	308.427,12	-	-	-	308.427,12
IRRF sobre Juros ao Capital	(1,07)	-	-	-	(1,07)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	123.412,86	(123.412,86)	-
F A T E S	-	-	-	(41.137,62)	(41.137,62)
Saldo em 31/12/2020	12.637.331,27	(251.245,01)	1.168.299,22	246.825,73	13.801.211,21
Saldo em 30/06/2019	11.872.144,90	(157.817,90)	568.062,41	213.284,45	12.495.673,86
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	899.290,79	(40.666,93)	-	-	858.623,86
Por Devolução (-)	(915.990,65)	-	-	-	(915.990,65)
Estorno de Capital	(141,07)	-	-	-	(141,07)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	1.095.018,64	1.095.018,64
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(342.480,77)	(342.480,77)
Juros ao Capital	316.652,66	-	-	-	316.652,66
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	76.823,95	(76.823,95)	-
F A T E S	-	-	-	(12.803,99)	(12.803,99)
Saldo em 31/12/2019	12.171.956,63	(198.484,83)	644.886,36	876.194,38	13.494.552,54
Saldo em 30/06/2020	12.702.805,71	(221.146,18)	644.886,36	1.142.057,11	14.268.603,00
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-
Ao FATES	-	-	-	(309.742,48)	(309.742,48)
Constituição de Reservas	-	-	400.000,00	(400.000,00)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	(162.319,86)	(162.319,86)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(4.132,04)	(4.132,04)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	827.284,77	(30.098,83)	-	-	797.185,94
Por Devolução (-)	(1.200.666,83)	-	-	-	(1.200.666,83)
Estorno de Capital	(518,43)	-	-	-	(518,43)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	485.051,69	485.051,69
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(339.538,21)	(339.538,21)
Juros ao Capital	308.427,12	-	-	-	308.427,12
IRRF sobre Juros ao Capital	(1,07)	-	-	-	(1,07)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	123.412,86	(123.412,86)	-
F A T E S	-	-	-	(41.137,62)	(41.137,62)
Saldo em 31/12/2020	12.637.331,27	(251.245,01)	1.168.299,22	246.825,73	13.801.211,21

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPRESÁRIOS DE SOROCABA E REGIÃO
SICOOB COOPERASO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações	17.f	485.051,69	750.914,42	385.276,16	598.560,61
Juros ao Capital Recebido	29	(26.916,99)	(26.916,99)	(37.757,07)	(37.757,07)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	-	(4.791,84)	(57.934,54)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	23	290.153,64	688.223,50	339.274,15	642.990,71
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	31	36.891,82	64.655,09	45.915,22	71.047,98
Depreciações e Amortizações	27	64.336,44	124.250,87	62.812,50	125.340,47
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		849.516,60	1.601.126,89	790.729,12	1.342.248,16
Títulos e Valores Mobiliários	6	(309.742,48)	(309.742,48)	714.534,32	714.534,32
Operações de Crédito	7	(7.372.981,10)	(9.746.848,72)	(474.928,06)	(2.912.597,44)
Outros Créditos	7	(1.828.079,67)	(1.931.067,96)	(11.141,47)	(132.915,68)
Outros Valores e Bens	7	3.987,63	(131.890,38)	38.506,64	44.067,43
Depósitos à Vista	13	4.731.984,26	6.966.285,41	4.385.772,82	4.579.169,76
Depósitos à Prazo	13	1.460.650,64	928.495,54	147.690,81	865.442,80
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário		823.814,13	823.814,13	-	-
Relações Interdependências	14	93.061,60	93.061,60	-	(34.980,00)
Relações Interfinanceiras		92.806,05	92.806,05	-	-
Outras Obrigações	15	2.029.393,98	1.556.292,47	(171.828,72)	(13.455,72)
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES		-	-	-	(33.079,13)
FATES Sobras Exercício	15.1	(41.137,62)	(41.137,62)	(12.803,99)	(12.803,99)
Imposto de Renda	15.2	-	(8.629,36)	-	-
Contribuição Social	15.2	-	(8.629,36)	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		533.274,02	(116.063,79)	5.406.531,47	4.405.630,51
Recebimento Dividendos		-	-	-	4.234,75
Distribuição Sobras da Central	29	-	-	(4.791,84)	44.116,11
Recebimento de Juros ao Capital	29	26.916,99	26.916,99	37.757,07	37.757,07
Aquisição de Intangível	12	(7.622,18)	(12.479,97)	1.517,83	3.252,97
Aquisição de Imobilizado de Uso	11	(27.424,32)	(51.924,78)	(51.157,70)	(59.278,65)
Aquisição de investimentos	10	(61.900,46)	(61.900,46)	(40.870,38)	(89.939,99)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(70.029,97)	(99.388,22)	(57.545,02)	(59.857,74)
Aumento por Novos Aportes de Capital	17	797.185,94	1.603.851,76	858.623,86	1.691.062,05
Devolução de Capital à Cooperados	15.1	(1.200.666,83)	(1.502.510,77)	(915.990,65)	(1.373.421,46)
Estorno/Cancelamento de Capital		(518,43)	(719,01)	(141,07)	(1.336,55)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		(4.132,04)	(4.132,04)	-	(1.707,80)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		(162.319,86)	(158.753,43)	-	-
Juros ao Capital pago	17.f	308.427,12	308.427,12	316.652,66	316.652,66
IRRF sobre Juros ao Capital		(1,07)	(1,07)	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		(262.025,17)	246.162,56	259.144,80	631.248,90
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		201.218,88	30.710,55	5.608.131,25	4.977.021,67
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		20.026.471,89	20.196.980,22	14.588.848,97	15.219.958,55
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		20.227.690,77	20.227.690,77	20.196.980,22	20.196.980,22
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		201.218,88	30.710,55	5.608.131,25	4.977.021,67

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPRESÁRIOS DE SOROCABA E REGIÃO - SICOOB COOPERASO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPRESÁRIOS DE SOROCABA E REGIÃO - SICOOB COOPERASO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 04/12/2007, filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB COOPERASO possui 3 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SOROCABA - SP, SÃO ROQUE - SP, LARANJAL PAULISTA - SP.

O SICOOB COOPERASO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 24 de fevereiro de 2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPRESÁRIOS DE SOROCABA E REGIÃO junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

n) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. **(somente se aplicável)**

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	326.999,35	310.392,33
Relações interfinanceiras - centralização financeira	42.217,69	296.121,94
Títulos e Valores Mobiliários	19.858.473,73	19.590.465,95
TOTAL	20.227.690,77	20.196.980,22

Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Títulos de Renda Fixa	18.348.213,90	19.590.465,95
Cotas de Fundos de Investimento	1.510.259,83	-
TOTAL	19.858.473,73	19.590.465,95

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no SICOOP CENTRAL CECRESP. Em 2020 as receitas foram de R\$ 522.679,79 (2019 – R\$ 920.002,89).

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	10.491.685,18	11.560.234,31	22.051.919,49	15.033.664,18
Financiamentos	943.781,30	2.181.250,77	3.125.032,07	1.133.559,44
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	125.385,27	145.599,86	270.985,13	-
Total de Operações de Crédito	11.560.851,75	13.887.084,94	25.447.936,69	16.167.223,62
(-) Provisões para Operações de Crédito	(619.265,92)	(504.786,95)	(1.124.052,87)	(901.965,02)
TOTAL	10.941.585,83	13.382.297,99	24.323.883,82	15.265.258,60

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA - Normal	1.726.494,57	65.633,76	-	1.792.128,33	-	306.386,52	-
A 0,5% Normal	7.511.426,90	931.564,19	270.985,13	8.713.976,22	(43.569,88)	6.927.723,78	(34.638,62)
B 1% Normal	6.731.660,45	1.215.730,91	-	7.947.391,36	(79.473,91)	4.554.823,49	(45.548,23)
B 1% Vencidas	2.311,23	-	-	2.311,23	(23,11)	51.018,07	(510,18)
C 3% Normal	3.897.705,65	620.092,77	-	4.517.798,42	(135.533,95)	2.575.312,91	(77.259,39)
C 3% Vencidas	68.381,77	27.014,47	-	95.396,24	(2.861,89)	142.834,62	(4.285,04)
D 10% Normal	829.128,78	134.172,03	-	963.300,81	(96.330,08)	278.208,15	(27.820,82)
D 10% Vencidas	65.147,48	33.014,46	-	98.161,94	(9.816,19)	35.045,36	(3.504,54)
E 30% Normal	309.013,68	97.809,48	-	406.823,16	(122.046,95)	360.225,15	(108.067,55)
E 30% Vencidas	110.214,12	-	-	110.214,12	(33.064,24)	376.728,85	(113.018,65)
F 50% Normal	333.898,42	-	-	333.898,42	(166.949,21)	72.436,16	(36.218,08)
F 50% Vencidas	35.195,32	-	-	35.195,32	(17.597,66)	12.534,88	(6.267,44)
G 70% Normal	13.383,18	-	-	13.383,18	(9.368,23)	84.496,53	(59.147,57)
G 70% Vencidas	35.135,57	-	-	35.135,57	(24.594,90)	12.566,82	(8.796,77)
H 100% Normal	105.029,86	-	-	105.029,86	(105.029,86)	171.273,95	(171.273,95)
H 100% Vencidas	277.792,51	-	-	277.792,51	(277.792,51)	205.608,38	(205.608,38)
Total Normal	21.457.741,49	3.065.003,14	270.985,13	24.793.729,76	(758.302,07)	15.330.886,64	(559.974,21)
Total Vencidos	594.178,00	60.028,93	-	654.206,93	(365.750,50)	836.336,98	(341.991,00)
Total Geral	22.051.919,49	3.125.032,07	270.985,13	25.447.936,69	(1.124.052,57)	16.167.223,62	(901.965,21)
Provisões	(1.040.408,10)	(82.289,85)	(1.354,92)	(1.124.052,87)		(901.965,02)	
Total Líquido	21.011.511,39	3.042.742,22	269.630,21	24.323.883,82		15.265.258,60	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	5.182.364,56	5.309.320,62	11.560.234,31	22.051.919,49
Financiamentos	249.486,31	694.294,99	2.181.250,77	3.125.032,07
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	125.385,27	145.599,86	270.985,13
TOTAL	5.431.850,87	6.129.000,88	13.887.084,94	25.447.936,69

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.578.892,77	102.719,08	-	1.681.611,85	7%
Setor Privado - Serviços	14.846.083,05	1.902.704,17	-	16.748.787,22	66%

Pessoa Física	5.626.943,67	1.119.608,82	270.985,13	7.017.537,62	28%
TOTAL	22.051.919,49	3.125.032,07	270.985,13	25.447.936,69	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(901.965,21)	(578.410,53)
Constituições	(1.889.218,74)	(1.673.907,43)
Reversões	1.329.888,36	1.065.518,88
Transferência para prejuízo	337.243,02	284.833,87
TOTAL	(1.124.052,57)	(901.965,21)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	1.240.886,86	5,00%	830.081,14	5,00%
10 Maiores Devedores	6.017.052,11	24,00%	4.327.245,02	27,00%
50 Maiores Devedores	14.166.527,25	55,00%	8.415.116,72	52,00%

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Avais e Fianças Honrados (a)	63.121,00	35.891,41
Rendas a Receber		
Serviços prestados a receber (b)	45.731,67	43.091,46
Outras rendas a receber	773,99	1.868,68
Diversos		
Adiantamentos e antecipações salariais	19.627,60	7.237,60
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	93.804,74	22.513,45
Adiantamentos por conta de imobilizações(c)	1.099.647,63	17.859,22
Devedores por depósitos em garantia	18.537,12	8.477,97
Impostos e contribuições a compensar	189.672,28	164.802,36
Imposto de renda a recuperar	3.995,81	3.995,81
Títulos e créditos a receber	14.894,08	11.889,33
Devedores diversos – país (d)	802.732,84	66.041,97
(-) Provisões para outros créditos		
(-) Com características de concessão de crédito (e)	(58.753,87)	(20.952,33)
TOTAL	2.293.784,89	362.073,15

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito (R\$ 45.731,67).

(c) Encontra-se em adiantamento por conta de imobilizações, valores referentes a compra de bens e serviços contratados na reforma da sede social da cooperativa, assim que concluída a reforma os valores serão reclassificados ao imobilizado para que sejam depreciados de acordo com as normas vigentes.

(d) Saldo de devedores diversos refere-se a valores em pendências a regularizar no valor R\$ 8.119,42, pendências a regularizar - conta corrente R\$ 6,03, valores a receber – mensalidades R\$ 793.571,80, pendências - avais e fianças honrados R\$ 47,39 e transitória conta convênio - TED/DOC enviadas R\$ 988,20.

(e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E	30%	Vencidas	2.497,97	2.497,97	(749,39)	19.633,92	(5.890,18)
F	50%	Vencidas	5.237,11	5.237,11	(2618,56)	-	-
G	70%	Vencidas	-	-	-	3.984,46	(2.789,12)
H	100%	Vencidas	55.385,92	55.385,92	(55.385,92)	12.273,03	(12.273,03)
Total Vencidos			63.121,00	63.121,00	(58.753,87)	35.891,41	(20.952,33)
Total Geral			63.121,00	63.121,00	(58.753,87)	35.891,41	(20.952,33)
Provisões			(58.753,87)	(58.753,87)		(20.952,33)	
Total Líquido			4.367,13	4.367,13		14.939,08	

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Bens Não de Uso Próprio (a)	107.523,99	-
Despesas Antecipadas (b)	78.612,02	54.245,63
TOTAL	186.136,01	54.245,63

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, vale refeição e alimentação.

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito	1.033.992,93	972.092,47
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	69.245,15	69.245,15
Participação Em Emp. Cont. Por Coop. Central Crédito	4.000,00	4.000,00
TOTAL	1.107.238,08	1.045.337,62

O saldo é, substancialmente, por quotas do SICOOP CENTRAL CECRESP E CECRESP CORRETORA DE SEGUROS e ações do BANCOOB.

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Edificações	4%	1.040.228,78	1.040.228,78
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(244.612,83)	(200.151,51)
Instalações (a)	10%	56.962,06	113.332,24
(-) Depreciação Acumulada de Instalações (a)		(21.840,69)	(37.281,02)
Móveis e equipamentos de Uso (a)	10%	253.586,78	248.345,53
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso (a)		(394.820,87)	(120.204,54)
Sistema de Comunicação (a)	20%	312.563,35	66.247,04
Sistema de Processamento de Dados (a)	20%	65.551,45	252.511,54
Benfeitorias em Imóveis De Terceiros (a)		56.370,18	-
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso (a)		(26.602,40)	(209.882,76)
TOTAL		1.097.385,81	1.153.145,30

(a) Conforme CCI 006/2020, do Sicoob Confederação, houve a criação e exclusão de rubricas contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, determinado pela Carta Circular 3.941/19, de 22 de março 2019 para registro de ativo imobilizado de uso.

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Intangíveis	29.025,35	29.025,35
(-) Amortização acumulada	(28.706,79)	(24.620,16)
TOTAL	318,56	4.405,19

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	18.485.283,90		11.518.998,49	
Depósito a Prazo	12.641.153,27	0,15	11.712.657,73	0,36
TOTAL	31.126.437,17		23.231.656,22	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	1.703.048,82	5,00%	1.073.819,46	5,00%
10 Maiores Depositantes	6.042.214,11	19,00%	6.269.231,68	27,00%
50 Maiores Depositantes	14.272.822,35	46,00%	12.538.779,64	54,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(107.990,05)	(296.510,53)	(324.652,73)	(644.806,22)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(4.873,82)	(4.873,82)	-	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(21.516,76)	(38.486,79)	(15.351,10)	(29.124,11)
TOTAL	(134.380,63)	(339.871,14)	(340.003,83)	(673.930,33)

13. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04).

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por emissão de Letras de Crédito Imobiliário	823.814,13	-

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	Taxa média
Despesa Letras De Crédito do Imobiliário	(4.873,82)	(4.873,82)	0,17

14. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2020
Recursos do Bancoob	96.406,61
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(3.600,56)
TOTAL	92.806,05

15. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	93.061,60

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

16. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	26,32	-	2.908,19	-
Sociais e Estatutárias	1.639.519,08	-	741.648,59	-
Fiscais e Previdenciárias	99.589,08	-	106.108,75	-
Diversas	1.558.382,13	1.591,17	504.916,37	298,83
TOTAL	3.297.516,61	1.591,17	1.355.581,90	298,83

16.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado de Atos com Associados (a)	314.335,09	12.803,99
Sobras Líquidas a Distribuir	31.339,43	31.339,43
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.293.844,56	697.505,17
TOTAL	1.639.519,08	741.648,59

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5 % das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

16.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	5.779,04	4.806,33
Impostos e Contribuições sobre Salários	83.439,40	91.094,86
Outros	10.370,64	10.207,56
TOTAL	99.589,08	106.108,75

16.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques Administrativos	511,16	-	908,37	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	487.912,01	-	21.161,40	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	46.903,05	-	32.013,82	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	402.397,97	-	335.762,52	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	58.883,21	1.591,17	56.108,48	298,83
Credores Diversos – País (d)	561.774,73	-	58.961,78	-
TOTAL	1.558.382,13	1.591,17	504.916,37	298,83

(a) Trata-se de fornecedores a pagar por aquisição de bens e prestação e serviços.

(b) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal no valor de R\$ 275.114,89 e pagamentos com outras despesas administrativas como: comunicações, manutenção e conservação de bens e compensação R\$ 283.479,68 e outros pagamentos R\$ 125.853,80.

(c) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 127.294,69 (R\$ 127.601,90 em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(d) A conta contábil Credores Diversos-País está assim composta em 31/12/2020:

Descrição	31/12/2020
Pendências a regularizar	83.095,86
Diferença de caixa	590,29
Pagamentos a Processar	90.703,74
Conta transitória	83.179,15
Seguro de Terceiros a pagar	361,47
Transitória – Reneg.Dívida – Outros Acréscimos	32.031,50
Taxas Alienação de Veículos a Repassar	18.250,00
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	(383,87)
Devolução saldo Credor Cartões.	3,66
Transitória Conta Convênio a reclassificar	712,00
plano de saúde de terceiros a pagar	230.637,80
Cheques depositados	22.593,13
TOTAL	561.774,73

17. Instrumentos financeiros

O SICOOB COOPERASO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	12.386.086,26	11.973.471,80
Associados	3.726	3.625

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 31 de julho de 2020, os cooperados deliberaram pelo aumento da reserva legal com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 400.000,00 e aumento do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, no valor de R\$ 309.742,48.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	411.376,21	256.079,84
Reserva legal - 30%	(123.412,86)	(76.823,95)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(41.137,62)	(12.803,99)
Sobras ou Perdas de Exercícios Anteriores	-	709.742,48
Sobra à disposição da Assembleia Geral	246.825,73	876.194,38

19. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Receita de prestação de serviços	594.555,92	645.873,29

Despesas específicas de atos não cooperativos	(95.609,02)	(82.506,70)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(390.505,48)	(439.620,08)
Resultado operacional	108.441,42	123.746,51
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	2.774,14	(14.341,95)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	111.215,56	109.404,56
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(329.502,55)	(377.596,15)
Total	(218.286,99)	(268.191,59)

20. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ 339.538,21, visando remunerar o capital do associado em 100% da SELIC, aprovado em ata Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2020. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018

21. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	9.761,58	18.172,94	13.459,26	28.083,52
Rendas De Empréstimos	1.814.220,40	3.621.870,98	1.882.255,19	3.653.680,83
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	371.716,49	823.906,10	448.406,38	813.573,81
Rendas De Financiamentos	184.059,81	307.563,87	103.041,18	188.878,99
Rendas De Financiamentos Rurais – Aplicações Com Recursos	8.884,59	8.884,59	-	-
Rendas De Financiamentos Rurais – Aplicações Com Recursos	2.141,30	2.141,30	-	-
Rendas De Financiamentos Rurais – Aplicações Com Recursos	416,74	416,74	-	-
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	49.846,37	92.319,19	31.153,35	63.166,67
TOTAL	2.441.047,28	4.875.275,71	2.478.315,36	4.747.383,82

22. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(134.380,63)	(339.871,14)	(340.003,83)	(673.930,33)
Despesas De Obrig. Por Empréstimos E Repasses	(2.323,27)	(2.323,27)	-	-
Provisões para Operações de Crédito	(290.153,64)	(688.223,50)	(339.274,15)	(642.990,71)
TOTAL	(426.857,54)	(1.030.417,91)	(679.277,98)	(1.316.921,04)

23. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	379.723,70	731.527,64	351.156,12	664.497,76
Rendas de outros serviços	384.938,28	746.424,56	318.690,09	610.660,09
TOTAL	764.661,98	1.477.952,20	669.846,21	1.275.157,85

24. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	15.003,00	26.513,93	7.257,64	13.469,87
Rendas de Serviços Prioritários – PF	43.843,25	85.225,25	42.619,00	82.978,75
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	30,00	45,00	30,00	510,50
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	315.305,98	626.832,22	294.168,60	556.633,34
TOTAL	374.182,23	738.616,40	344.075,24	653.592,46

25. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	-	(4.500,00)	(12.000,00)	(21.100,00)
Despesas de Honorários- Diretoria e Conselho de Adm.	(140.750,00)	(396.859,19)	(169.000,00)	(338.025,00)

Despesas de Pessoal - Benefícios	(412.821,43)	(766.561,14)	(355.556,48)	(674.885,96)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(289.050,20)	(577.247,94)	(292.176,81)	(576.222,19)
Despesas de Pessoal - Proventos	(741.411,05)	(1.474.321,69)	(723.875,66)	(1.434.224,00)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(2.187,62)	(2.187,62)	(1.592,00)	(3.992,00)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(9.204,00)	(19.136,00)	(6.084,00)	(6.084,00)
TOTAL	(1.595.424,30)	(3.240.813,58)	(1.560.284,95)	(3.054.533,15)

26. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(15.218,11)	(31.224,85)	(15.126,80)	(26.996,10)
Despesas de Aluguéis	(106.685,67)	(211.418,07)	(101.814,59)	(197.153,60)
Despesas de Comunicações	(99.329,44)	(183.132,96)	(89.923,70)	(176.511,21)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(3.160,03)	(6.482,53)	(2.764,17)	(4.413,77)
Despesas de Material	(21.925,72)	(30.222,53)	(15.159,93)	(26.849,46)
Despesas de Processamento de Dados	(203.161,28)	(429.314,86)	(195.374,78)	(377.450,80)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(4.894,41)	(6.851,29)	(27.300,29)	(29.477,65)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(40.615,82)	(68.482,93)	(55.489,99)	(84.090,30)
Despesas de Publicações	(5.257,32)	(6.814,72)	-	(1.121,00)
Despesas de Seguros	(2.077,01)	(16.684,92)	(13.601,91)	(32.917,22)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(279.069,50)	(569.987,61)	(288.065,49)	(638.895,83)
Despesas de Serviços de Terceiros	(52.445,35)	(102.109,10)	(58.938,13)	(103.534,15)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(128.432,08)	(253.379,24)	(125.280,16)	(249.086,37)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(85.345,50)	(185.632,90)	(127.145,03)	(246.038,83)
Despesas de Transporte	(64.554,24)	(123.694,02)	(67.750,29)	(129.533,19)
Despesas de Viagem no País	-	-	(1.655,12)	(10.010,75)
Despesas de Amortização	(10.539,08)	(16.566,60)	-	-
Despesas de Depreciação	(53.797,36)	(107.684,27)	(62.812,50)	(125.340,47)
Outras Despesas Administrativas	(49.516,71)	(124.806,41)	(87.987,81)	(150.926,86)
Emolumentos judiciais e cartorários	(3.923,30)	(7.127,08)	(2.700,63)	(4.164,68)
Contribuição a OCE	(11.465,16)	(22.960,33)	(13.235,89)	(27.988,39)
Rateio de despesas da Central	(191.771,87)	(417.028,18)	(173.787,81)	(364.183,42)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(34.018,17)	(75.830,86)	(42.975,89)	(82.876,12)
TOTAL	(1.467.203,13)	(2.997.436,26)	(1.568.890,91)	(3.089.560,17)

27. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	17.258,72	39.339,97	13.910,57	13.910,57
Dividendos	-	-	-	4.234,75
Distribuição de sobras da central	-	-	4.791,84	53.699,79
Rendas de repasses Del Credere	8.372,56	8.372,56	-	-
Outras rendas operacionais	72.583,69	95.726,02	52.547,24	61.671,17
Rendas oriundas de cartões de crédito	197.764,61	449.161,07	313.089,22	598.934,21
TOTAL	295.979,58	592.599,62	384.338,87	732.450,49

28. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Desc. Concedidos em Renegociações	-	(7.535,21)	-	(2.913,82)
Outras Despesas Operacionais	(14.750,69)	(27.787,54)	(72.452,70)	(114.853,14)
Descontos concedidos - operações de crédito	(9.011,84)	(10.570,12)	(2.210,08)	(2.294,94)
Cancelamento - tarifas pendentes	(10.564,00)	(19.401,50)	(9.459,52)	(13.165,77)
TOTAL	(34.326,53)	(65.294,37)	(84.122,30)	(133.227,67)

29. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Ganhos de Capital	-	2.024,14	1.137,22	22.074,13
Outras Rendas não Operacionais	750,00	750,00	-	-
(-) Perdas de Capital	-	-	(4.379,22)	(36.416,08)
Resultado Líquido	750,00	2.774,14	(3.242,00)	(14.341,95)

30. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	974,88	0,01%	1,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	699.764,82	2,15%	25.365,57
TOTAL	700.739,70	2,15%	25.366,57
Montante das Operações Passivas	467.164,00	3,77%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2020**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	44.437,44	888,65	2,71%
Empréstimos	446.001,58	4.487,27	1,63%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	22.518,78	0,26%	0%
Depósitos a Prazo	274.683,08	2,18%	0,17%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,86%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	106,57%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
Empréstimos e Financiamentos	1,29%
Aplicações Financeiras	3,77%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos	882.541,74

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2020	31/12/2019
Gestão de Coobrigação	108.469,36	130.762,87

f) No exercício de **2020** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO				
Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Honorários – Conselho Fiscal	(13.000,00)	(17.500,00)	(12.000,00)	(21.000,00)
Honorários – Diretoria e Conselho de Adm.	(127.750,00)	(334.875,00)	(169.000,00)	(338.025,00)
Encargos Sociais	(44.477,30)	(92.594,59)	(52.174,20)	(100.129,20)
TOTAL	(185.227,30)	(444.969,59)	(233.174,20)	(459.154,20)

31. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPRESÁRIOS DE SOROCABA E REGIÃO - SICOOB COOPERASO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPERASO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

32. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

32.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

32.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

32.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

32.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

32.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

33. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

34. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência	12.805.473,96	12.623.724,55
Índice de Basileia - IB	32,15%	44,59%
Índice / Grau de Imobilização - GI	8,56%	9,13%
Razão de Alavancagem	24,16%	30,93%

35. Provisão para demandas judiciais

Segundo a assessoria jurídica da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPRESÁRIOS DE SOROCABA E REGIÃO - SICOOB COOPERASO, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 108.586,01, trata-se de ação trabalhista.

Sorocaba/SP, 25 de fevereiro de 2021.

MIRIAM BISORDI
DIRETOR PRESIDENTE

VERONICA CRISTINA BUENO RONCATO
CONTADOR 1SP293772/O-3

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo de Sorocaba e Região – Sicoob Cooperaso
Sorocaba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo de Sorocaba e Região – Sicoob Cooperaso, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Cooperaso, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 25 de fevereiro de 2021.



Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Cooperativa de Crédito Mútuo de Livre Admissão da Região Administrativa de Sorocaba – SICOOB COOPERASO**, após análise do Parecer dos Auditores e no desempenho de suas funções definidas na legislação e no Estatuto Social vigentes, procederam ao exame e à análise do exercício de 2020 – balanço geral, demonstrativo do exercício social, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstrações de fluxo de caixa – e aprovamos as contas na sua totalidade em reunião deste Conselho, nesta data, recomendando também à Assembleia Geral a sua aprovação.

Sorocaba, 14 de abril de 2021.

ANTONIO ANSELMO JOSÉ MARCELINO
CONSELHEIRO FISCAL



JULIO CESAR FELIX
CONSELHEIRO FISCAL

NILTON BARBOSA DE SOUZA
CONSELHEIRO FISCAL

ROGÉRIO PRAXEDES DE OLIVEIRA
CONSELHEIRO FISCAL

CILEIA DE OLIVEIRA GOMES
CONSELHEIRO FISCAL

PAULO MAURÍCIO BELINI
CONSELHEIRO FISCAL